

Maílson não rompe impasse com credor

José Varella — 3/9/87

André Câmara — 14/9/86

Severino Goes

CARACAS — Depois de duas reuniões com o comitê assessor da dívida externa — sábado à noite e ontem pela manhã — o Brasil não conseguiu obter progresso para o fechamento de um acordo com os banqueiros internacionais. Não houve avanços entre os dois lados para o fechamento de um empréstimo-ponte de US\$ 1 bilhão 800 milhões que permita o pagamento dos juros do trimestre abril-junho e o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, voltou a apelar aos bancos para evitar que se gere um impasse total nas negociações.

Paralelamente, o ministro Maílson da Nóbrega voltou a defender a necessidade de cortes no déficit público, para angariar a confiança dos banqueiros nas negociações. “Não haverá estabilidade na economia se não se fizer um rigoroso e corajoso processo de contenção do déficit público”, afirmou o ministro. “Isso é importante tanto interna quanto externamente, porque ninguém aposta em uma economia ameaçada de desestabilização”, sentenciou.

A exigência feita pelos credores para que o Banco Mundial (BIRD) conceda garantias para uma parcela do dinheiro novo que vier a entrar no país ainda encontra resistências do lado brasileiro por que o governo não está totalmente convencido de que isto traria vantagens para o país. O Banco Mundial, por outro lado, segundo fontes do sistema financeiro internacional, está resitando em dar as garantias ao Brasil por ter sérias dúvidas sobre o desempenho da economia nos próximos meses.

Em Washington, o embaixador brasileiro Marcílio Marques Moreira disse que o Departamento do Tesouro americano também é contra essa garantia, porque os Estados Unidos teriam que votar a favor dela na diretoria do Banco Mundial. Além disso, Marcílio esclareceu que a garantia que o Bird poderia dar não é muito grande: seu valor atual é de US\$ 100 milhões e no final de 15 anos seu valor nominal atingiria US\$ 500 milhões.

Dificuldades — Depois das duas rodadas de negociações ocorridas em Caracas, os principais negociadores brasileiros — o diretor da dívida externa do Banco Central, Antonio de Pádua Seixas, e o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral — voltarão com Maílson para o Brasil hoje à noite e só retomarão os contatos com o comitê em Nova Iorque na próxima semana. Até o final desta semana, o governo brasileiro tentará encontrar uma fórmula de contornar as dificuldades surgidas em Caracas e que podem retardar o fechamento do acordo, embora o ministro da Fazenda ainda continue afirmando que até o final de junho tudo estará acertado.

Um dos principais pontos pendentes é a concessão de um empréstimo-ponte por parte dos bancos para que o Brasil possa pagar os juros do trimestre abril-junho. Ontem, durante uma entrevista coletiva



Maílson: apelo aos bancos

aos jornalistas brasileiros, Maílson surpreendeu os repórteres com a afirmação de que “não estamos negociando um empréstimo-ponte. Isto é uma bruta confusão da imprensa”. Ocorre, porém, que no último sábado, falando com os jornalistas, o ministro afirmou que no contato que manteria horas depois com o presidente do comitê assessor da dívida externa, William Rhodes, o empréstimo-ponte seria uma dos temas da conversa.

O embaixador Marcílio Marques, entretanto, revelou que os bancos querem deixar a questão do empréstimo-ponte para o fim, depois que o Brasil pagar os juros, para que o dinheiro que tiver sido pago seja descontado. O Brasil não quer isso porque ficaria com suas reservas muito baixas, acrescentou Marcílio.

O ministro da Fazenda voltou a repetir que o Brasil não pode continuar pagando os juros sem alguma forma de assistência financeira por parte dos bancos porque o país não dispõe de reservas para o pagamento a partir de 1º de abril. E advertiu:

“Em princípio, não temos reservas para isto. Temos que achar juntos uma solução para evitar que se gere um impasse nas negociações e que o Brasil perca reservas”, disse, evitando citar o atual nível de reservas que, segundo ele, está “num nível satisfatório para as atuais circunstâncias”.

Maílson da Nóbrega afirmou que a exigência dos credores para que o Banco Mundial conceda uma garantia para os novos empréstimos não surgiu nas discussões na capital venezuelana e que já havia sido posta na mesa em outra ocasião. Segundo ele, os negociadores brasileiros deverão manter contato com o Banco Mundial para saber da disposição da instituição em participar do processo de solução para o endividamento externo brasileiro já a partir da próxima semana.

“Temos que avaliar as vantagens e desvantagens. Não fechamos a porta a este tipo de participação do Banco Mun-



Marcílio: aval é difícil

dial. Em primeiro lugar, porque é uma característica de acordos feitos com outros países e, a priori, não vamos dizer não”, afirmou.

O ministro revelou que o Brasil está disposto a estudar outra forma de participação do Banco Mundial que seria o financiamento paralelo, já utilizado na Argentina. Por este mecanismo, os desembolsos dos credores se dão na medida em que ocorram desembolsos do Bird para programas setoriais específicos.

Ele explicou que o Bird tem intensificado sua assistência financeira em projetos específicos com desembolsos rápidos e vinculados a projetos de reformas estruturais. Como exemplo, afirmou que o Banco Mundial poderia apoiar financeiramente o processo de revisão das tarifas alfandegárias brasileiras e os desembolsos dos bancos privados ocorreriam paralelamente aos desembolsos do Bird, o que seria também uma espécie de garantia para os credores internacionais.

Constituinte — Para o ministro da Fazenda, a questão política interna — com as definições da Constituinte sobre a duração do mandato presidencial e do sistema de governo — não é a questão-chave que está impedindo o fechamento de um acordo com os bancos. “O que qualquer financiador deseja saber é se a empresa que financia está com um programa de trabalho coerente que vai levá-la à prosperidade. O ponto-chave é saber se o cliente pode prosperar e pode pagar”, comparou.

Ele afirmou também que com a perspectiva de que o déficit público caminhe para fechar o ano entre 6% e 7% do Produto Interno Bruto (PIB) “gera-se um grau de incerteza muito grande na economia” e continuou: “Não temos um mercado financeiro com capacidade de absorver um déficit desta magnitude e isto termina influenciando a expansão da liquidez na economia, o que afeta a estabilidade monetária e gera inflação e incerteza”.